

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 548.703 - PR (2019/0357241-9)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : LUCIANA RAIMUNDA DA SILVA BIO  
**ADVOGADO** : LUCIANA RAIMUNDA DA SILVA BIO - PR072372  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : MARLOS PAES DE OLIVEIRA (PRESO)

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

*Writ* indeferido liminarmente.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado em razão do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no HC n. 5042782-21.2019.4.04.0000/PR, que denegou a ordem ali pretendida de liberdade provisória a Marlos Paes de Oliveira (Processo n. 5014210-77.2019.4.04.7009, da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Ponta Grossa).

Em síntese, alega-se a ausência dos requisitos necessários à decretação da prisão preventiva do paciente. Requer-se, inclusive em caráter liminar, a imediata expedição de alvará de soltura em nome dele.

É o relatório.

Os autos estão mal instruídos. A inicial não se fez acompanhar de todos os documentos necessários à comprovação do alegado constrangimento. Não há cópia da decisão de prisão preventiva proferida pelo Juízo estadual, tampouco a do Juízo federal que ratificou seus termos.

Afora isso, pela rápida leitura do acórdão impugnado, não percebo a existência de manifesta ilegalidade a ser reparada no momento. A Corte estadual, transcrevendo alguns trechos do *decisum* de primeiro grau, concluiu que a prisão do paciente está suficientemente fundamentada. Confira-se (fls. 39/40

[...]

Com efeito, não restam dúvidas acerca da gravidade em concreto das condutas, haja vista o *modus operandi* do suposto grupo criminoso, os quais atuam de forma permanente, estável e organizada, já que revelou-se a notável estrutura do grupo,

# Superior Tribunal de Justiça

que conta com imóvel específico para guardar a droga e aparentemente diversos veículos para o transporte de elevada quantidade de cocaína, com o objetivo de auferir elevadíssimo lucro, o que revela o maior porte e lesividade da organização criminosa.

Ademais, como se viu, todos os suspeitos possuem função de destaque na organização criminosa: a suspeita LUANA, em tese, é integrante ativa do grupo, sendo esposa do suspeito RAIMUNDO ALVES GODIN, possuindo, portanto, atividades estreitas com o suposto chefe da organização, tendo inclusive acesso a contabilidade financeira do grupo; O investigado ROGÉRIO ESPEDITO DOS SANTOS também possui trato direto com o chefe da organização, possuindo função de batedor, estando juntamente com RAIMUNDO no transporte de cocaína ocorrido na cidade de Ibaiti; já os requeridos LUIZ LUZINAM MOREIRA DE OLIVEIRA, sogro do chefe da organização e apontado como “braço direito” de RAIMUNDO era responsável por executar, assim como o suspeito MARLOS, atividades ilícitas sob as ordens de RAIMUNDO. Tal quadro, evidencia a propensão dos suspeitos a reiteração delitiva, já que, ao menos nesse momento, há indicativos de que façam do tráfico de drogas o seu meio de vida.

[...]

Com efeito, o MM. Juízo *a quo* decretou a prisão cautelar do paciente para resguardar a ordem pública porque - à vista da equação fática retratada nos autos em cotejo com os elementos cognitivos produzidos até o momento - dessumiu que o mesmo é integrante de organização criminosa cuja finalidade é "realizar o transporte de elevada quantidade de 'cocaína' inclusive com o transporte interestadual entre cidades de São Paulo e Paraná".

Rigorosamente, pelo teor das interceptações telefônicas havidas, verifica-se que o paciente, em tese, possui atribuições de destaque no âmbito da organização criminosa, recebendo ordens diretas de "Raimundo" - supostamente um dos líderes da organização.

[...]

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** o pedido de *habeas corpus*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator